

A PAISAGEM URBANA E O SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DA CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ

Wilza Gomes Reis Lopes

Professora doutora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura – DCCA; Laboratório Urbano da Paisagem - LUPA, Universidade Federal do Piauí – UFPI.

E-mail: izarlopes@uol.com.br

Karenina Cardoso Matos

Professora Mestre do Departamento de Construção Civil e Arquitetura – DCCA; Laboratório Urbano da Paisagem - LUPA, Universidade Federal do Piauí - UFPI,

E-mail: kareninamatos@hotmail.com

Nícia Bezerra Formiga Leite

Professora Mestre do Departamento de Construção Civil e Arquitetura – DCCA, UFPI,

E-mail: nicialeite@yahoo.com

Aureo Vitor de Souza Moura

aureovitor@hotmail.com

Deisy Nayanny de Brito Silva

deisynayanny@hotmail.com

Felipe Ferreira Monteiro

felipefmonteiro@gmail.com

Jefferson Macedo Cruz Tavares

jefferson_cruz_tavares@hotmail.com

Nádia Regina Braga dos Santos

nah.rb@hotmail.com

Alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo; Laboratório Urbano da Paisagem - LUPA, Universidade Federal do Piauí - UFPI.

RESUMO: A distribuição da população no país é predominantemente urbana, sendo cada vez maior o número de pessoas que procuram os núcleos urbanos. Com o aumento da população nas cidades, cresce também, na mesma proporção, a demanda por áreas destinadas para suprir as necessidades básicas desse contingente humano, tais como, os espaços edificados para atividades habitacionais, comerciais, industriais, de serviços e os espaços livres não construídos, como ruas, avenidas praças, parques, pátios, quintais, jardins, entre outros. Tais espaços livres são responsáveis pela articulação do tecido urbano, essenciais para a qualidade da vida urbana e para a formação da identidade cultural das cidades, representando locais referenciais de lazer para a população. É importante a existência de um adequado sistema de espaços públicos livres, distribuídos de forma uniforme, quantitativamente e qualitativamente, na malha urbana, para que, dessa maneira, possa atender às necessidades da população e da cidade, proporcionando áreas livres para melhoria ambiental e integração social. Neste trabalho é apresentada a distribuição de praças e parques em Teresina, cidade criada em 1852, para ser a capital do estado do Piauí, verificando a inserção destes espaços na malha urbana, a contribuição para o equilíbrio ambiental e a relação entre a população e os espaços estudados.

Palavras Chave: Cidades, paisagem urbana, espaços livres, praças, parques, qualidade ambiental.

URBAN LANDSCAPE AND SYSTEM OF OPEN SPACES OF TERESINA CITY, PIAUÍ

ABSTRACT: The population distribution in Brazil is predominantly urban, with an increasing number of people seeking for urban centers. With the increasing population in cities also grows, in the same proportion, the demand for areas designed to meet the basic needs of human assets, such as spaces for housing, commercial and industrial activities, services and open spaces, areas don't constructed, such as streets, avenues, squares, parks, backyards, gardens and others. Such open spaces are responsible for the articulation of the urban fabric and are essential to the quality of urban life and the formation of cultural identity of cities and representing locations of reference for recreation of population. It is important the existence of an adequate system of open public spaces, distributed uniformly, quantitatively and qualitatively, in the urban area, so that this way they can meet the needs of the population and the city, providing open areas for environmental improvement and social integration. This paper presents the distribution of squares and parks in Teresina, a city created in 1852 to be the capital of the state of Piauí, checking the insertion of spaces in the urban fabric and contribution to the environmental balance and the relationship between people and spaces studied.

Keywords: Cities, urban landscape, open spaces, parks, squares, environmental quality.

1. INTRODUÇÃO

O intenso processo de urbanização, ocorrido a partir da década de 1970 nas cidades brasileiras, aliado à carência de políticas eficazes de ordenação do espaço urbano, se relacionam a diversos problemas oriundos do crescimento não planejado. A busca pela compreensão da diversidade dos aspectos destes espaços tornou-se uma preocupação para o planejamento e gestão urbana (CAPORUSSO; MATIAS, 2008).

Quanto maior a densidade de determinado local, maior é a demanda por áreas livres e pelos benefícios provenientes destes espaços. Embora, muitas vezes, ocorra justamente o contrário, e sejam privilegiadas as áreas menos densas e de maior poder aquisitivo, quando do planejamento dos espaços livres nas cidades (OLIVEIRA; MASCARO, 2007)

Com relação às cidades tanto de pequeno porte, quanto as megalópoles Neste sentido, Queiroga e Benfattii (2007, p. 81) afirmam que o “[...] reconhecimento

sistêmico do conjunto de espaços livres de cada uma delas constitui entre si, importante fator para a análise diagnóstico, proposição e gestão dos espaços livres, notadamente para os espaços públicos”.

Neste contexto os sistemas de espaços livres públicos vem sendo cada vez mais discutidos. Para Costa, et al. (2009), podem até modificar a cidade, pois sejam eles públicos ou privados, permeáveis ou impermeáveis, tem como finalidade a sustentabilidade biofísica e social dos movimentos e as paradas de coisas e pessoas. Os públicos em especial são lugares onde todos podem passar, permanecer, andar e contemplar e estão ligados ao bem-estar individual e coletivo.

O sistema de espaços livres pode ser abordado sobre o aspecto da distribuição de áreas para o desenvolvimento de atividades humanas voltadas ao lazer, recreação e práticas esportivas, privilegiando o caráter sócio-cultural destes locais. Ou ainda, numa visão ecossistêmica, em que a principal função dos espaços livres seria a integração de ecossistemas, garantindo a manutenção, regeneração e recuperação de aspectos bio-físicos., promovendo a biodiversidade animal e vegetal, a drenagem e outros eventos (GALENDER, 2005).

Desta forma, a noção de sistemas é fundamental para compreender os espaços livres urbanos e as suas relações de interdependência, complementaridade e hierarquia. Estes formam um sistema complexo, inter-relacionado com outros sistemas urbanos, que podem se justapor ou se sobrepor, total ou parcialmente, a outros sistemas urbanos. Entre seus múltiplos papéis, por vezes sobrepostos, estão a circulação e a drenagem urbanas, atividades de lazer, conforto, preservação, conservação, requalificação ambiental e convívio social (SCHELEE et al., 2009),

Para Borja e Maxi (2003), os espaços públicos são lugares onde os cidadãos se fazem presentes, onde estão representados aspectos culturais, econômicos, políticos e da diversidade. Refere-se ao espaço da representação coletiva e da vida da comunidade, um espaço da democracia, onde a cidade está representada, pois expressa o cotidiano dos cidadãos. Segundo Gerl e GemzØe (2001, p.10), o espaço público, mesmo que com suas mudanças durante a história, sempre foi “o lugar de encontro, de comércio e de circulação”, lugar de encontro dentro da cidade.

Os estudos a respeito dos espaços urbanos buscam entender as diversas funções que estes adquirem no cotidiano das cidades, relacionando-os às suas dimensões físico-territoriais e socio-culturais.

Sabe-se que a qualidade de vida urbana é garantida pela existência de um adequado sistema de espaços públicos livres de lazer, sendo importante que a quantidade destes espaços seja compatível com o número de habitantes da cidade e que seja distribuída na malha urbana, de maneira acessível a toda a população.

A cidade de Teresina, com área de 1.392 km², 113 bairros e população de 814.230 habitantes (IBGE, 2010), diferente das outras capitais do nordeste, está localizada no interior do Estado, não dispondo, dessa forma, do espaço democrático de lazer, representado pelas áreas litorâneas. Neste trabalho é apresentada a distribuição de praças e parques em Teresina, verificando a inserção destes espaços na malha urbana, a contribuição para o equilíbrio ambiental e a relação entre a população e os espaços estudados.

2 CIDADE DE TERESINA: ORIGEM E CARACTERÍSTICAS

O Piauí, terceiro maior estado da região Nordeste, com área de 251.529 km², foi ocupado com a introdução da pecuária extensiva, no século XVII. Teve como primeira capital a cidade de Oeiras, até o ano de 1852, quando a sede do governo foi transferida para Teresina, cidade especialmente planejada para essa finalidade. Localizada à margem direita do rio Parnaíba, Teresina, também, é banhada pelo rio Poti, situada geograficamente nas coordenadas de 5° 05'13" na latitude Sul e 42° 48' 41" de longitude Oeste.

Para Façanha (1998, p. 48), a escolha da localização da nova cidade se deu devido “às condições favoráveis para o uso da navegabilidade do rio Parnaíba, bem como da possibilidade de uma maior articulação entre os principais núcleos urbanos da região, a exemplo de Caxias, no Maranhão”.

Neste sentido, Chaves (1998) afirma que a cidade de Oeiras não estava adequada para ser a capital do estado, devido sua localização que não promovia as ligações entre os municípios e a integração regional. Dessa forma, a intenção com a transferência da capital era desenvolver economicamente o estado do Piauí, pois segundo Lima (1996, p.30), “Teresina, como nova capital, contribuiria não apenas para a superação do impasse gerado pela decadência da atividade, pecuária, mas também para a criação de um pólo comercial próprio, emancipando-se do mercado do Maranhão”.

A mudança da capital teve como idealizador e defensor o Conselheiro José Antonio Saraiva, presidente da Província do Piauí, entre 1850 a 1853. A cidade foi planejada com o cuidado de estabelecer logradouros em linhas paralelas, simetricamente dispostas, todas partindo do Rio Parnaíba, rumo ao Rio Poti (TERESINA, 1993). No local já existia, segundo Gonçalves (1991), um aglomerado de casas habitadas por pescadores, canoeiros e plantadores de fumo e mandioca.

De acordo com Lima (1996, p.18), Teresina, que teve o início de seu crescimento no entorno da Praça da Constituição, atual Praça Marechal Deodoro da Fonseca, foi projetada “[...] a partir de um rígido formato de xadrez com ruas paralelas partindo do rio Parnaíba, a Oeste, em direção ao rio Poti, contendo um espaço urbano inicialmente delimitado por 18 quadras no sentido norte-sul e 12 no sentido leste-oeste” (Figura 1).

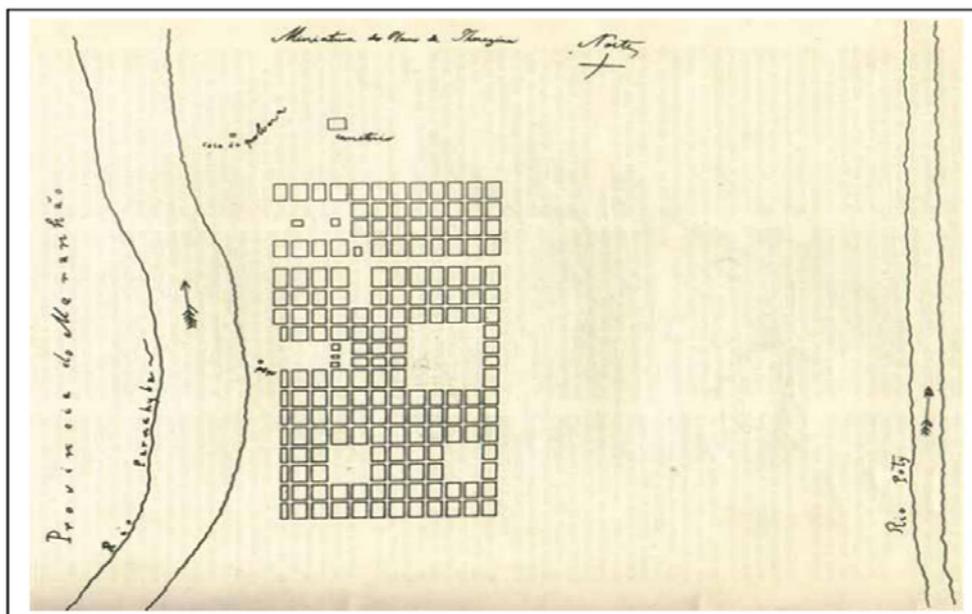


Figura 1 Planta da Cidade de Teresina em 1852

Fonte: Acervo IPHAN

Melo e Bruna (2009) ressaltam que, entre 1950 e 1980, Teresina apresentou taxa de crescimento populacional superior a 5% ao ano. Segundo dados do IBGE, a população passou de 220.487 habitantes em 1970 para 715.360 habitantes em 2000. Atualmente, a cidade de Teresina apresenta área de 1.1672.5 km², 113 bairros e população de 814.230 habitantes (IBGE, 2010).

Inicialmente concentrada entre os rios Poti e Parnaíba, Teresina, teve de acordo com Kallas (2008, p. 74), seu crescimento seguindo “[...] pela zona Leste por

meio da construção da ponte JK, acompanhado da zona Sudeste, levando a um maior crescimento de moradias populares” Araújo (2009) corrobora com esta idéia, afirmando que a ocupação da zona Leste, especialmente nos bairros Fátima e Jóquei, tem relação direta com a construção da ponte Juscelino Kubitschek, primeira sobre o Rio Poti. Na Figura 2 é possível visualizar a expansão de Teresina.

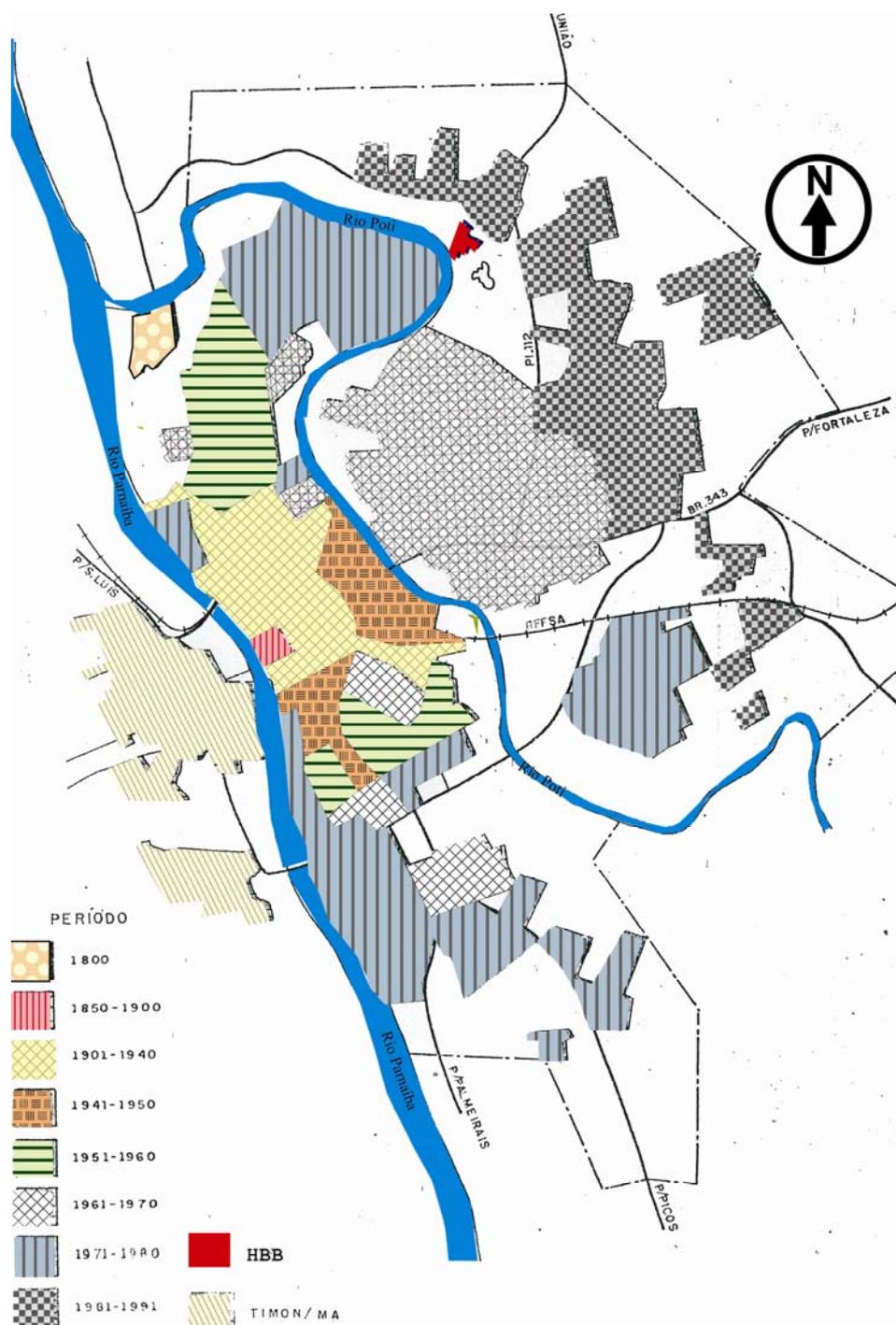


Figura 2 Mapa de evolução da ocupação do perímetro urbano de Teresina - PI.
Fonte: Façanha (1998, p. 83) modificado por Kallas (2008, p. 73).

Segundo Moraes e Veloso (2005), na cidade de Teresina, no período de 1960 a 2005, foram aprovados 204 projetos de loteamento urbano, o que corresponderia ao aumento de 6.647,99 hectares na área construída ou em expansão na zona urbana. Já, Neres e Araújo (2010) afirmam que o Estado foi o principal agente do processo de urbanização de Teresina, investindo em políticas públicas de saúde, educação, energia elétrica, habitações populares, criação da malha viária, melhorando a estética pública e a infraestrutura, resultando no crescimento populacional, sobretudo nos números de contingentes imigrantes.

Teresina atua como atrativo regional, tendo na visão de Façanha (2007, p.78), “um forte papel na região, por meio de sua importância comercial e, mais recentemente, pela existência de um pólo de saúde em formação, que atrai pacientes dos Estados do Ceará, Maranhão, Pará e Distrito Federal entre outros”.

Para fins administrativos, a cidade de Teresina foi dividida em quatro Administrações Regionais – Centro/Norte, Sul, Leste e Sudeste – cuja finalidade principal é descentralizar a execução de obras e serviços de interesse local, de modo a garantir maior eficiência no atendimento às comunidades bem como aproximar do cidadão usuário as políticas e ações municipais, garantindo melhor interesse entre Prefeitura Municipal e o cidadão (TERESINA, 1993).

Apresenta clima tropical e chuvoso (megatérmico) de savana, com inverno seco e verão chuvoso; o ar atmosférico apresenta temperatura anual de 26,8°C, podendo atingir temperaturas extremas de 38,6°C, o que causa certo grau de desconforto; possui precipitação média anual de 1.339mm, sendo a umidade relativa do ar (média anual) de 70% (MACHADO; PEREIRA; ANDRADE, 2010).

A gestão municipal de Teresina tem se voltado para a busca de um modelo urbanístico preocupado com a sustentabilidade ambiental, social, econômica, política e cultural. A Lei Nº 3.561 de 2006 instituiu A sistema de espaços livres organizado por zonas de proteção (Figura 3).

As Zonas de Preservação Ambiental compreendem os terrenos destinados à implantação de praças e parques, zoneados como ZP4, tanto nos loteamentos aprovados pela Prefeitura, como em áreas privadas, dotadas de significativa vegetação nativa, importante para o município ou para a região onde está inserida, zoneadas como ZP6. Nestes locais é permitido o uso do solo apenas para fins de implantação de praças e equipamentos de recreação e apoio urbano, instalações de

pequeno porte para uso cotidiano do cidadão, como os telefones públicos, bancas de revistas, boxes de segurança pública, abrigos para usuários de ônibus ou atividades de prestação de serviços de recreação, cultura e lazer.

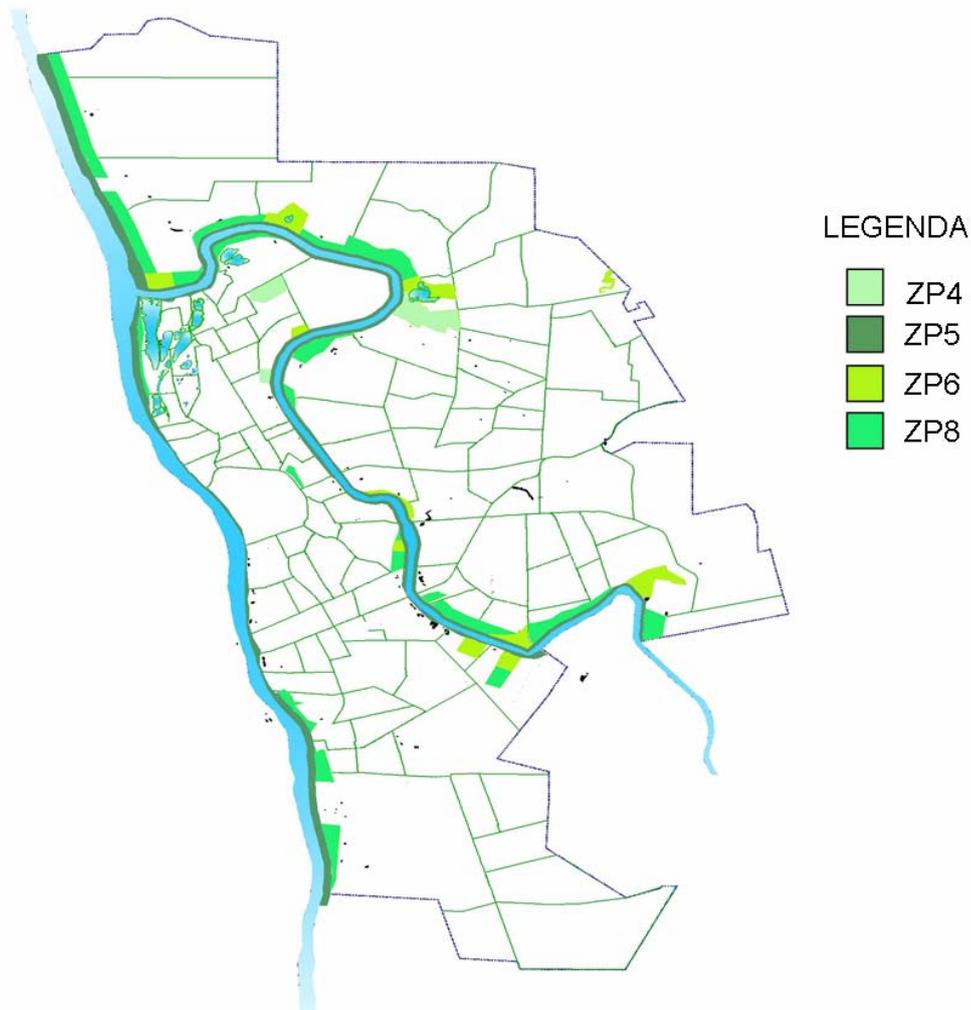


Figura 3 – Zonas de Proteção de Teresina.
Fonte: TERESINA (2010), adaptado por Aureo Vitor Moura

Foram destacadas, ainda, as áreas de encosta com declividades superiores a 30% e áreas marginais aos rios, 200 metros para o rio Parnaíba e 100 metros para o rio Poti, além de 30 metros para as margens de lagoas consideradas como ZP5. Estas não podem ter alterados o relevo, a vegetação, a hidrografia e a fauna componentes do ecossistema local, até a implantação de parques.

A mesma lei determinou que os novos loteamentos destinassem 10% de sua área total para implantação de praças. Em algumas áreas devem ser mantidos o desenho, a implantação e a arborização originais e qualquer intervenção de

natureza física nestas áreas, salvo aquelas necessárias à manutenção das suas características originais, está condicionada a aprovação do órgão municipal competente e só pode ser realizada após decreto do Prefeito Municipal.

3 ESPAÇOS LIVRES EM TERESINA

Teresina conta, atualmente com um número expressivo de espaços livres. De acordo com dados da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMAM), a cidade contava em 2010, com 41 parques ambientais e 297 praças (Tabela 1), divididos por Administrações Regionais – Centro/Norte, Sul, Leste, e Sudeste.

Tabela 1: Relação quantitativa de praças e parques de Teresina

SUPERINTENDÊNCIA	QUANTIDADE
CENTRO/NORTE	
Praças	109
Parques Ambientais	14
SUL	
Praças	102
Parques Ambientais	12
LESTE	
Praças	51
Parques Ambientais	11
SUDESTE	
Praças	35
Parques Ambientais	04

Fonte: SEMAM (2000)

A criação desses espaços, no que diz respeito a seu projeto, passa por órgãos da prefeitura, como Gerência de Urbanismo (GEURB), de cada Superintendência de Desenvolvimento Urbano do Município (SDU), Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLAN) e parcerias entre prefeitura e iniciativa privada.

3.1 ZONA NORTE

A zona Norte é a parte mais baixa da cidade, apresentando diversas de lagoas de médio e pequeno porte e com problemas decorrentes da falta de saneamento e das constantes inundações. Segundo Moraes e Veloso Filho (2005, p. 45), estes problemas são agravados pela “[...] atividade de extração mineral em

Teresina, voltada para o fornecimento de seixos, areias, argilas e massarás para a construção civil e a indústria de cerâmica”.

A zona Norte possui 23 bairros, 51 praças, 11 parques e população de 178.755 habitantes (Figura 4). O bairro Santa Rosa e Aroeiras não apresentam pacas.

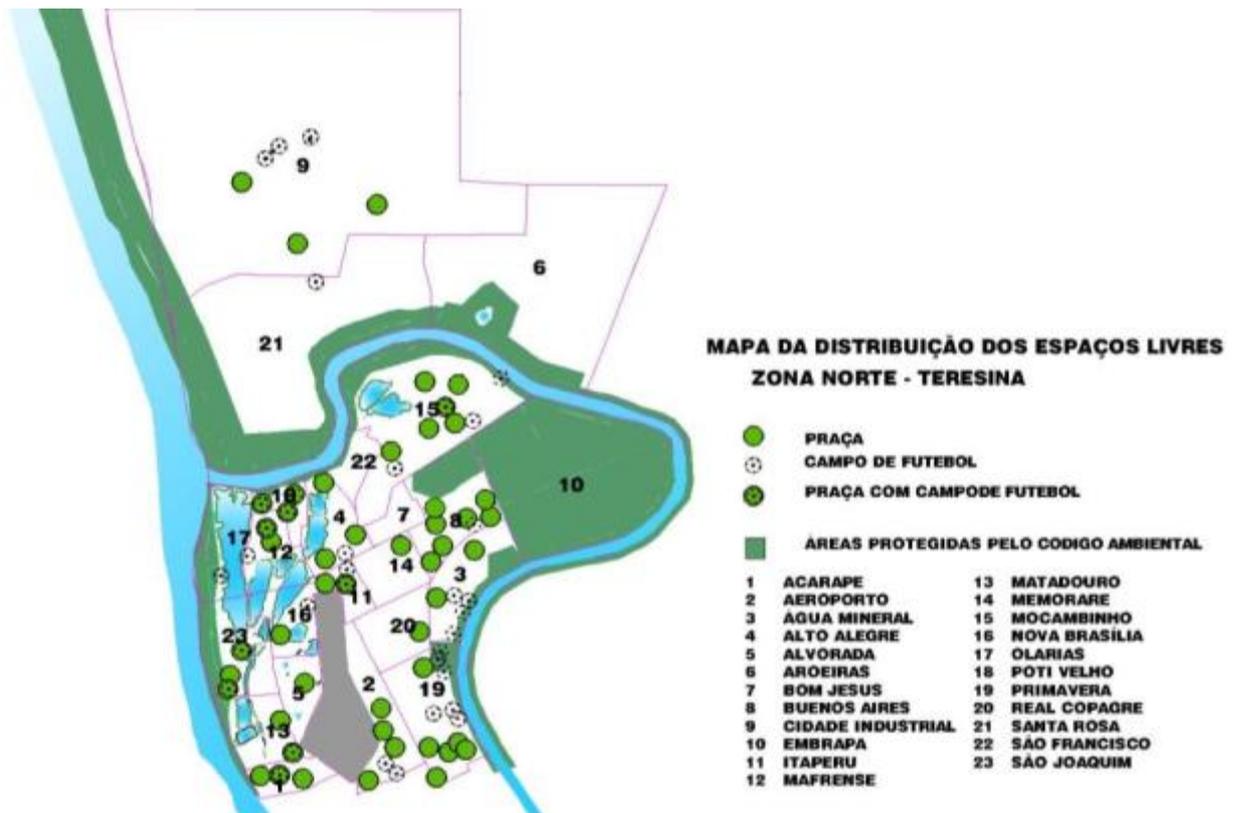


Figura 4: Relação dos espaços livres da Zona Norte
Fonte: Elaborado por Jefferson Macêdo, 2011

3.2 ZONA SUL

A zona Sul é composta por 32 bairros, que apresentam 102 praças, 12 parques e população total de 211.386 habitantes, sendo o Promorar o mais populoso com 20.823 habitantes (IBGE, 2010). Na figura 5 estão representados os bairros da zona sul, com respectiva população e as principais praças existentes;

Façanha, (2004, p. 182) afirma que a zona sul, “devido à existência de poucos obstáculos naturais, foi um vetor importante para a expansão da malha urbana,

beneficiada com a implantação de serviços de infraestrutura e de políticas públicas acionadas pelo governo federal”.

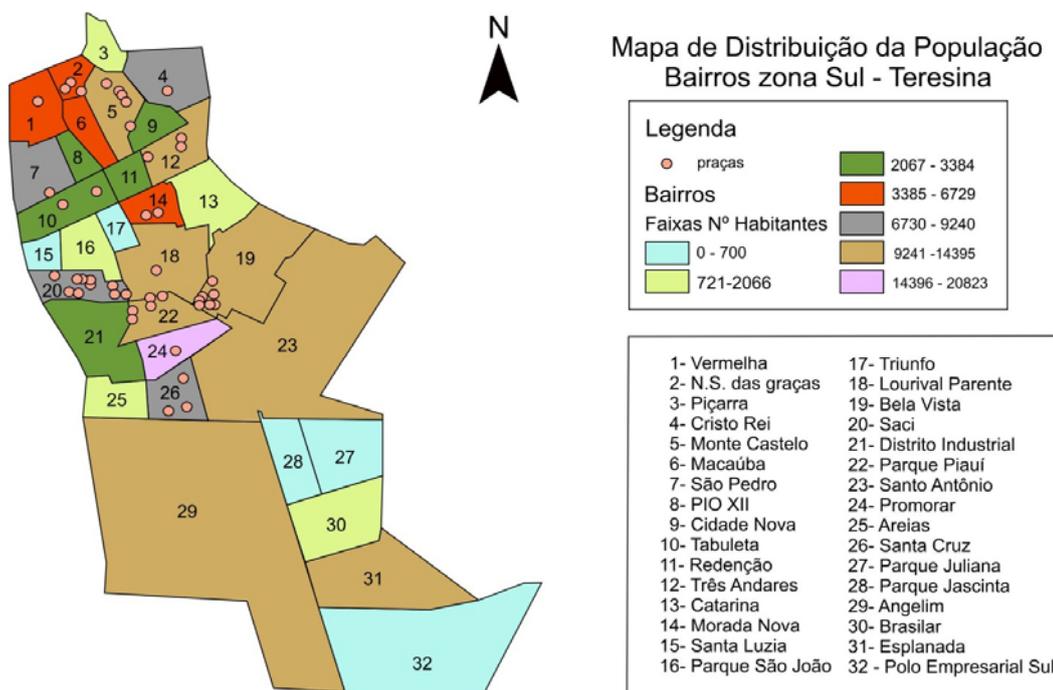


Figura 5: Espaços livres com a população dos bairros da zona Sul.

Fonte: Elaborado por Monteiro, adaptado de SEMPLAN, 2011.

3.3 ZONA LESTE

Um fato relevante para a expansão da Zona Leste foi a fundação do Jockey Clube do Piauí, situado na Avenida Nossa Senhora de Fátima. Segundo Araújo (2009), a construção da sede do clube proporcionou não somente uma opção de lazer, como também viabilizou o povoamento da área.

A região Leste (Figura 4) de Teresina é composta por 27 bairros, 51 praças e 11 parques ambientais. Em 2010 possuía uma população de 167.443 habitantes, distribuídos em área de 63,45 km (IBGE, 2010). Está formada pelos bairros: Tabajaras, Pedra Mole, Socopo, Vale Quem Tem, Morros, Vale do Gavião, Zoobotânico, Porto do Centro, Verde Lar, Samapi, Satélite, Ininga, Planalto, Piçarreira, Novo Uruguai, Santa Lia, Santa Isabel, Fátima, Jóquei, Noivos, Uruguai, Campestre, Morada do Sol, Horto, São Cristovão, Recanto das Palmeiras e São João.

3.4 ZONA SUDESTE

As terras que hoje formam a zona sudeste eram antes ocupadas por fazendas, glebas, sítios e povoados rurais. Dentre essas as fazendas comprida,

redonda, itararé e extrema, que posteriormente emprestaram seus nomes aos bairros que surgiram em suas terras (TERESINA, 1993).

Para Kallas (2008), o crescimento em direção zona sudeste a partir de 1990, que levou a um maior crescimento das moradias populares, seguia uma política habitacional que fez com que o tecido urbano se expandisse, criando espaços não ocupados em seu interior, encarecendo os serviços de infraestrutura para os loteamentos situados, quase sempre, na periferia do perímetro urbano.

A região Sudeste é formada atualmente por 20 bairros, 35 praças e quatro parques (Figura 6), compreendendo área de 78,80 km². Nesta zona encontra-se o bairro Itararé, considerado o mais populoso de Teresina, com 37.443 habitantes dos 134.119 que habitam a região (IBGE, 2010).



Figura 6 – Espaços Livres e espaços potenciais da zona sudeste de Teresina.
Fonte: TERESINA (2010), adaptado por Aureo Vítor Moura.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços livres desempenham papel fundamental para o aumento da qualidade de vida nas áreas urbanas, tanto do ponto de vista ambiental como social,

sendo muitos os prejuízos causados pela falta de incentivo ao uso e a sua conservação. Contribuem, ainda, para a formação da identidade cultural das cidades, configurando-se como locais referenciais de lazer para a população. Tais áreas caracterizam a paisagem urbana, pois são espaços que criam valores referenciais para seus habitantes.

É importante, a existência de um adequado sistema de espaços públicos livres, distribuídos de forma uniforme, quantitativamente e qualitativamente, na malha urbana. A quantidade destes espaços deve ser compatível com o número de habitantes da cidade para que, dessa maneira, possa atender às necessidades da população e da cidade, proporcionando áreas livres para melhoria ambiental e integração social, de maneira acessível a toda a população.

REFERÊNCIAS

BORJA, J.; MAXI, Z. **Espacio Público: Ciudad Y Ciudadanía**. Barcelona: Electa. 2003.

CAPORUSSO, Danúbia; MATIAS, Lindon Fonseca. Áreas urbanas: avaliação e proposta conceitual. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1. 2008. Rio Claro, SP. **Anais...** Rio Claro, SP: UNESP, 2008. p. 71 -87.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. Gestão urbana e dilemas no poder local: internidade e dispersão em Teresina (PI). **Revista de Geografia**. Recife, v. 24, n. 1, p. 77-97, jan/abr. 2007.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução Urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais**. 1998, 325 p. Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Pernambuco. 1998.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GALENDER, Fany Cutcher. A idéia de sistema de espaços livres públicos na ação de paisagistas pioneiros na América Latina. **Paisagens em Debate**. São Paulo, n.03, p. 1-8, nov. 2005.

GEHL, J.; GEMZØE, L. **Novos espaços públicos urbanos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.

GOMES, J. A. G. **Teresina ontem e hoje**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1992.

GONÇALVES, W. C. **Teresina**: pesquisas históricas. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1991.

KALLAS, Luana Miranda Esper. **Desenhando o clima e a vegetação: um estudo de caso do loteamento HBB em Teresina-PI**. 2008. 167p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI. 1996.

MACEDO et al. (2008). Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea: uma rede de pesquisa em âmbito nacional. In: TERRA, Carlos G.; ANDRADE, Rubens Oliveira. **Coleção Paisagens Culturais**. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2008, v. 3, p. 286-297.

MACHADO, R.R.B.; PEREIRA, E.C.G.; ANDRADE, L.H.C. Evolução temporal (2000-2006) da cobertura vegetal da zona urbana do município de Teresina - Piauí - Brasil. **REVSBAU**. Piracicaba - SP, n.3, v.5, 2010, p.97-112.

MELO, Constance de Carvalho Correia Jacob; BRUNA, Gilda Collet. Desenvolvimento urbano e regional de Teresina, Piauí, Brasil e sua importância no atual quadro de influência na rede urbana regional no Brasil. In: CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CABO VERDE, 1, CONGRESSO LUSÓFONO DE CIÊNCIA REGIONAL, 2, 2009, Cidade da Praia, Cabo Verde. **Anais...** Cidade da Praia: UniPiaget, 2009.

MORAES, Adolfo Martins; VELOSO FILHO, Francisco de Assis. A gestão Ambiental do município de Teresina. **Carta Cepro**, Teresina, v. 23, n. 1, p. 40-49, 2005.

NERES, Christiane Carvalho; ARAÚJO, Raimundo Lenilde. Um olhar sobre Teresina a partir da Cartografia Urbana e Evolução dos Mapas. In: Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia, 3, São Paulo. 2010. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: USP, 2010.

OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. In: **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.59-69, abr./jun. 2007.

SCHLEE, Mônica Bahia et al. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras: um debate conceitual. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n. 26, 2009.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAM. **Aspectos e Características - Perfil 1993**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 1993.